

GY Energy Holding III S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
GY Energy Holding III S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GY Energy Holding III S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GY Energy Holding III S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Provisão para perdas de crédito esperadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo de contas a receber classificado como vencido, no montante de R\$5.661 mil. A Companhia renegociou tais valores com o cliente, em período subsequente à data-base das demonstrações financeiras, mediante alongamento dos prazos de pagamento. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto à efetiva capacidade de recebimento dos fluxos financeiros decorrentes desse acordo, tampouco quanto à adequação da necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas sobre tais saldos, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. Devido a essa limitação no alcance de nossos procedimentos de auditoria, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Gastos compartilhados

Identificamos que a Companhia possui gastos reconhecidos na sua controladora GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estão associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo à Companhia, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação, e, portanto, não nos foi possível concluir se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

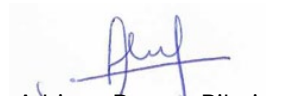
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de abril de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

GY ENERGY HOLDING III S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		2025	2025	2024	2024			2025	2025	2024	2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.454	6.770	11.602	11.795	Fornecedores	3	594	-	-	190
Contas a receber de clientes	7	-	7.233	-	612	Obrigações trabalhistas	-	-	-	-	87
Impostos a recuperar		65	89	18	38	Obrigações fiscais	9	362	99	386	
Total do ativo circulante		5.519	14.092	11.620	12.445	Imposto de renda e contribuição social	11	-	529	33	234
						Imposto de renda e contribuição social diferido		-	6	-	19
NÃO CIRCULANTE						Arrendamento	13	-	43	-	35
Partes relacionadas	14	4.236	-	-	-	Debêntures	12	3.598	3.598	858	858
Investimento	8	128.744	-	115.312	-	Dividendos a pagar		213	213	213	213
Imobilizado	9	-	126.430	-	122.076	Outros passivos circulantes		33	269	-	-
Total do ativo não circulante		132.980	126.430	115.312	122.076	Total do passivo circulante		3.856	5.614	1.203	2.022
						NÃO CIRCULANTE					
						Arrendamento	13	-	7.363	-	6.695
						Partes relacionadas	14	17.093	9.995	-	75
						Debêntures	12	80.849	80.849	77.245	77.245
						Total do passivo não circulante		97.942	98.207	77.245	84.015
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
						Capital social		37.090	37.090	44.103	44.103
						Adiantamento para futuro aumento de capital		3.699	3.699	3.699	3.699
						Reserva legal		-	-	45	45
						Reserva de lucros		-	-	637	637
						Lucros e prejuízos acumulados		(4.088)	(4.088)	-	-
						Total do patrimônio líquido		36.701	36.701	48.484	48.484
TOTAL ATIVO		138.499	140.522	126.932	134.521	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.499	140.522	126.932	134.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GY ENERGY HOLDING III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Nota	2025	2025	Período de 08/2024 a 12/2024	Período de 08/2024 a 12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	14.685	-	2.878
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	-	(5.080)	-	(600)
LUCRO BRUTO		-	9.605	-	2.278
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	18	(101)	(321)	(10)	(382)
Despesas tributárias		-	-	(3)	2
Equivalência patrimonial	8	6.890	-	790	-
Perdas em investimentos	18	-	-	-	(504)
Receitas e despesas não operacionais		3	(50)	-	-
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		6.792	9.234	777	1.394
Despesas financeiras	19	(12.269)	(13.176)	-	(215)
Receitas financeiras		707	836	151	170
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.770)	(3.106)	928	1.349
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(1.664)	(33)	(383)
Imposto de renda e contribuição social (diferido)		-	-	-	(71)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.770)	(4.770)	895	895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GY ENERGY HOLDING III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.770)	(4.770)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(4.770)</u>	<u>(4.770)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GY ENERGY HOLDING III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
CONSTITUIÇÃO EM 5 DE AGOSTO DE 2024		1	-	-	-	-	1
Aumento de capital		101.102	-	-	-	-	101.102
Lucro do período		-	-	-	-	895	895
Constituição da reserva legal		-	-	45	-	(45)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(213)	(213)
Redução de capital		(57.000)	-	-	-	-	(57.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.699	-	-	-	3.699
Reserva de lucros		-	-	-	637	(637)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	15	44.103	3.699	45	637	-	48.484
Prejuízo do período		-	-	-	-	(4.770)	(4.770)
Redução de capital		(7.013)	-	-	-	-	(7.013)
Absorção de prejuízo		-	-	(45)	(637)	682	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	15	37.090	3.699	-	-	(4.088)	36.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GY ENERGY HOLDING ILS.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora 2025	Consolidado 2025	Controladora 2024	Consolidado 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		(4.770)	(4.770)	895	895
Imposto diferido		-	-	-	19
Juros apropriados sobre debêntures	12	11.173	11.173	-	-
Custo de transação		7	7	-	-
Juros arrendamento	13	-	805	-	254
Depreciação e amortização	9	-	3.138	-	600
Resultado Equivalência Patrimonial	8	(6.890)	-	(790)	-
Baixa de arrendamento		-	-	-	130
Resultado na baixa de imobilizado		-	-	-	224
		<u>(480)</u>	<u>10.353</u>	<u>105</u>	<u>2.122</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	7	-	(6.621)	-	987
Impostos a recuperar		(47)	(51)	(18)	(38)
Fornecedores		3	404	-	(9.435)
Obrigações trabalhistas		-	(87)	-	70
Obrigações tributárias		(91)	(23)	99	206
Imposto de renda e contribuição social		(33)	282	33	420
Outros		33	658	-	1.373
		<u>(615)</u>	<u>4.915</u>	<u>219</u>	<u>(4.295)</u>
Caixa gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		(615)	4.915	219	(4.295)
Juros de debêntures pagos		(3.916)	(3.916)	-	-
Pagamento Imposto de renda e contribuição social		-	(750)	-	(186)
Caixa gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		<u>(4.531)</u>	<u>249</u>	<u>219</u>	<u>(4.481)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	9	-	(6.421)	-	(8.614)
Resgate de títulos e valores mobiliários		-	-	-	265
AFAC e aumento de capital em controladas	14	(3.258)	-	(13.420)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento		<u>(3.258)</u>	<u>(6.421)</u>	<u>(13.420)</u>	<u>(8.349)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Emissão de debêntures (líquido dos custos de transação)		-	-	78.103	78.103
Pagamento de debêntures	12	(919)	(919)	-	-
Pagamento de arrendamento	13	-	(841)	-	(265)
AFAC e aumento de capital	15	-	-	3.700	3.700
Redução de capital	15	(7.013)	(7.013)	(57.000)	(57.000)
Partes relacionadas - passivo	14	9.573	9.920	-	74
Caixa líquido das controladas advindo da reorganização societária		-	-	-	13
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.641</u>	<u>1.147</u>	<u>24.803</u>	<u>24.625</u>
ACRÉSCIMO LÍQUIDO DE CAIXA		<u>(6.148)</u>	<u>(5.025)</u>	<u>11.602</u>	<u>11.795</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.602	11.795	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.454	6.770	11.602	11.795
ACRÉSCIMO LÍQUIDO DE CAIXA		<u>(6.148)</u>	<u>(5.025)</u>	<u>11.602</u>	<u>11.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GY ENERGY HOLDING III S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GY Energia Holding III S.A. (“Companhia”), constituída em 5 de agosto de 2024, é uma sociedade de capital fechado, domiciliada na Alameda dos Arapanés, 1.441, 6º e 7º andares, Moema, São Paulo - SP, CEP:04524-003, inscrita no CNPJ sob o nº 41.475.390/0001-33. A Companhia tem por objeto social as atividades de Holding de instituições não-financeiras e Gestão e administração da propriedade imobiliária. A Companhia é controlada integralmente pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (“GYBR”) - empresa especializada em Eficiência Energética, Energia Solar e Gestão de Energia.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, apresentas a seguir:

- UFV GY Birigui III Instalação Fotovoltaica Ltda.
- GreenYellow UFV Nova Ubiratã I Instalação Fotovoltaica Ltda.
- GreenYellow UFV Bilac I II e III Instalação Fotovoltaica. Ltda.
- UFV GY Milagres Instalação Fotovoltaica Ltda.
- UFV GYBR XXI Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda (“Cajuru”).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía 24,9 MWp(*), conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais, conforme detalhado abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Mwp</u>	<u>Status</u>	<u>Data da conexão</u>
UFV GY Birigui III Instalação Fotovoltaica Ltda.	6,2	Em operação	26/08/2024
GreenYellow UFV Nova Ubiratã I Instalação Fotovoltaica Ltda.	4,2	Em operação	07/05/2024
GreenYellow UFV Bilac I, II e III Instalação Fotovoltaica Ltda.	4,2	Em operação (i)	28/06/2024
UFV GY Milagres Instalação Fotovoltaica Ltda.	3,4	Em Operação (i)	18/12/2024
UFV GYBR XXI Consultoria em Gestão e Instalação Fotovoltaica Ltda. (“Cajuru”)	6,9	Em operação	31/05/2024

(*) Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período de tempo. Mwap é a potência nominal e MWp a potência pico de placas.

(i) Início do faturamento da UFV Billac em março de 2025 e da UFV Milagres em outubro de 2025.

1.1. Acervo líquido e reorganização societária

No exercício de 2024, com o propósito de angariar recursos, a Companhia planejou e realizou uma reorganização societária. Essa iniciativa foi impulsionada pelo compromisso de buscar um crescimento estratégico. As entidades listadas no quadro abaixo eram controladas pela sócia GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda., que transferiu sua participação societária para a Holding III, com exceção da empresa Cajuru, que era controlada pela GYBV. No caso da Cajuru, a participação foi inicialmente transferida da GYBV para a GYBR e, somente depois, para a Subholding, o que exigiu que a reestruturação ocorresse em duas “tranches”.

Por meio de aumento de capital realizado na Companhia, a GYBR conferiu a esta a participação societária nas referidas entidades em 5 de agosto de 2024 (1ª “tranche”) e 1º de outubro de 2024 (2ª “tranche”).

Os acervos líquidos das entidades incorporadas foram apurados na data-base 31 de agosto de 2024 (1ª “tranche”) e 30 de setembro de 2024 (2ª “tranche”), por meio de laudo de avaliação elaborado por terceiros, a valores contábeis, e que serviram de base para o aumento de capital na Companhia, no montante de R\$99.053, conforme abaixo.

As movimentações ocorridas entre a data base de Laudo de avaliação e a efetiva incorporação, foram capturadas pela entidade que incorporou o acervo líquido na GY Energy Holding III S.A.

	UFV GY Milagres	UFV BILAC I, II e III	UFV GY BIIGUI III	UFV Nova Ubiratã	Total (1ª “tranche”)	Cajuru (2ª “tranche”)	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	12	-	12	-	12
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	265	265	-	265
Contas a receber de clientes	-	-	-	665	665	-	665
Impostos a recuperar	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	-	-	12	930	942	-	942
Adiantamentos a fornecedores	27.288	17.629	1.895	465	47.277	437	47.714
Arrendamentos	1.434	1.457	1.166	1.552	5.609	1.392	7.001
Investimentos	-	-	-	250	250	-	250
Imobilizado	843	1.173	10.900	32.492	45.408	14.557	59.965
Não circulante	29.565	20.259	13.961	34.759	98.544	16.386	114.930
Fornecedores	-	(68)	(4.368)	(1.485)	(5.921)	(3.696)	(9.617)
Obrigações trabalhistas	-	(3)	(8)	(3)	(14)	(3)	(17)
Obrigações fiscais	(5)	(5)	(96)	(42)	(148)	(32)	(180)
Arrendamentos	(7)	(8)	(6)	(7)	(28)	(35)	(63)
Circulante	(12)	(84)	(4.478)	(1.537)	(6.111)	(3.766)	(9.877)
Arrendamentos	(1.431)	(1.467)	(1.108)	(1.581)	(5.587)	(1.355)	(6.942)
Não circulante	(1.431)	(1.467)	(1.108)	(1.581)	(5.587)	(1.355)	(6.942)
Total acervo líquido	28.122	18.708	8.387	32.571	87.788	11.265	99.053
(i) Acervo líquido das investidas da Nova Ubiratã I		GY Tuiuiu SPE LTDA	GY Onça Pintada	GY Jacaré SPE	GY Capivara SPE	GY Ariranha SPE	Total
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	-	1	1
Fornecedores		(1)	(1)	(4)	-	(2)	(8)
Partes relacionadas		-	-	-	-	(1)	(1)
Total		(1)	(1)	(4)	-	(2)	(8)

(i) As investidas da Nova Ubiratã I foram incorporadas na controladora ao longo de 2024, após o aumento de capital realizado pela GYBR na Holding III.

Para o exercício de 2025 não ocorreu organização societária.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 8 de abril de 2026.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas e entre os exercícios não ocorreram alterações no percentual detido pela Companhia.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no estorno do reconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No estorno do reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Estorno de reconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) deixa de ser reconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Um passivo financeiro deixa de ser reconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que é a principal categoria de instrumentos financeiros da Companhia.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Para as contas a receber, essa avaliação é realizada por meio de análise da saúde financeira do cliente e histórico inadimplência como base para avaliar o valor recuperável dos títulos em aberto.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Diretoria avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um conjunto de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou conjunto de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e caso aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e desde que tal impacto possa ser estimado de maneira confiável.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros", o modelo de "impairment" para ativos financeiros trata-se de perdas esperadas e tendo em vista a baixa inadimplência histórica, este critério não trouxe efeitos relevantes para o Grupo.

3.2. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- São caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC 32/IAS12.

3.3. Arrendamentos

(i) Companhia como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a Companhia é a arrendadora são classificados como arrendamentos operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da Companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

(ii) Companhia como arrendatária

Os ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, determinado no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído no balanço patrimonial como obrigação de arrendamento financeiro.

Os pagamentos de arrendamento são distribuídos entre despesas financeiras e redução da obrigação de arrendamento, a fim de atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. As despesas financeiras são reconhecidas imediatamente no resultado, a menos que sejam diretamente atribuídas aos ativos qualificáveis, caso em que são capitalizadas de acordo com a política geral da Companhia relacionada a custos de empréstimos. Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos, caso aplicável.

Os principais contratos de arrendamento financeiro onde a Companhia é arrendatária referem-se aos terrenos utilizados para a instalação dos equipamentos de geração fotovoltaica de suas controladas. Após o efetivo início de operação e/ou as devidas regularizações, os contratos de arrendamento são transferidos em definitivo para as controladas que possuem os equipamentos fotovoltaicos.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (locação de imóveis, equipamentos de informática e equipamentos operacionais em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A Companhia determinou sua taxa incremental de 12,17% ao ano, aplicada sobre os passivos de arrendamento, para os contratos onde é arrendatária, a partir de taxas de juros obtidas de várias fontes externas de financiamento.

4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC

4.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Normas	Descrição	Vigência a partir de
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão ("allowances") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	01/01/2025

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

4.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Normas	Descrição	Vigência a partir de
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS 18	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture".	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas demonstrações financeiras.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - “impairment” e vida útil de imobilizado - nota explicativa nº 9.
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do “leasing” e da taxa de juros incremental - nota explicativa nº 13.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações em Compromissadas e CDBs de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 1 dia a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira varia entre de 92% a 95% do CDI.

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Caixa e bancos	19	216	-	-
Aplicações financeiras	<u>5.435</u>	<u>6.554</u>	<u>11.602</u>	<u>11.795</u>
	<u>5.454</u>	<u>6.770</u>	<u>11.602</u>	<u>11.795</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas de crédito estimadas (“PCE”).

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Contas a receber de cliente	8.825	1.791
Provisão de clientes	194	194
Provisão de regularização (i)	<u>(1.786)</u>	<u>(1.373)</u>
	<u>7.233</u>	<u>612</u>

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	1.537	822
Vencidas:		
até 30 dias	656	393
31 a 60 dias	608	562
61 a 90 dias	608	14
91 a 365 dias (ii)	4.686	-
Acima de 365 dias	730	-
	<u>8.825</u>	<u>1.791</u>

- (i) Provisão constituída na apuração da performance dos contratos, conforme os critérios estabelecidos contratualmente.
- (ii) Em janeiro de 2026, foi celebrado entre a GreenYellow UFV Nova Ubiratã I Instalação Fotovoltaica Ltda. e a Associação Enersim MT um aditivo aos contratos de locação de imóvel, locação de equipamentos e operação e manutenção (O&M). Os aditamentos tiveram como objeto a repactuação do montante total em atraso, o qual passou a ser liquidado em nova condição de pagamento, com vencimentos até junho de 2029. A primeira parcela, no valor de R\$150.000,00, foi liquidada em 3 de março de 2026.

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

8.1. Participação em controladas

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

<u>Nome</u>	<u>Classificação</u>	<u>2025 e 2024</u>
UFV GY MILAGRES INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	Controle	100%
GREENYELLOW UFV BILAC I II E III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	Controle	100%
UFV GY BIRIGUI III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	Controle	100%
GREENYELLOW UFV NOVA UBIRATA I INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	Controle	100%
UFV GY CAJURU INST.	Controle	100%

8.2. Composição dos investimentos

Nome	Patrimônio líquido	Investimento	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial
UFV GY MILAGRES INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	34.216	34.216	(25)	(25)
GREENYELLOW UFV BILAC I II E III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	20.225	20.225	1.162	1.162
UFV GY BIRIGUI III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	15.300	15.300	1.178	1.178
GREENYELLOW UFV NOVA UBIRATA I INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA	36.580	36.580	3.376	3.376
UFV GY CAJURU INST.	15.533	15.533	1.200	1.200
	<u>121.854</u>	<u>121.854</u>	<u>6.890</u>	<u>6.890</u>

8.3. Movimentação de Investimento

	UFV GY MILAGRES	UFV BILAC I II E III	GY BIRIGUI III	UFV NOVA UBIRATÃ I	UFV GY CAJURU INST.	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	31.957	19.516	14.412	34.240	15.187	115.312
Aumento de capital (ii)	2.259	709	888	2.340	345	6.542
Equivalência patrimonial	(25)	1.162	1.178	3.376	1.200	6.890
Saldos finais 31 de dezembro de 2025	<u>34.191</u>	<u>21.387</u>	<u>16.477</u>	<u>39.956</u>	<u>16.733</u>	<u>128.744</u>

	UFV GY MILAGRES	UFV BILAC I II E III	GY BIRIGUI III	UFV NOVA UBIRATÃ I	UFV GY CAJURU INST.	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária 5 de agosto de 2024(i)	28.122	18.708	8.387	32.571	11.265	99.053
Aumento de capital (ii)	3.018	666	5.412	355	3.716	13.167
AFAC (ii)	-	-	-	-	253	253
Cessão de crédito (ii)	957	234	831	27	-	2.049
Equivalência patrimonial	(140)	(92)	(218)	1.287	(47)	790
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	<u>31.957</u>	<u>19.516</u>	<u>14.412</u>	<u>34.240</u>	<u>15.187</u>	<u>115.312</u>

- (i) Conforme acervo líquido divulgado na nota explicativa nº 1, que demonstra a composição dos saldos advindos da reorganização societária, de acordo com o laudo de avaliação. O acervo líquido foi recebido via conferência de participação societária da GYBR a GY Holding III e não teve efeito caixa (conforme divulgado na nota explicativa nº 20).
- (ii) Durante o ano de 2024 e 2025, a Companhia efetuou aumentos de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital em suas controladas, bem como aumento via cessão de crédito, que não gerou impacto caixa, conforme nota explicativa nº 20.

9. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição e reposição dos equipamentos. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

<u>Categoria dos ativos</u>	<u>Vida útil (em anos)</u>
Unidade Fotovoltaica	30
Direito de uso	30

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2025 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

A Companhia possui o valor total de R\$54MM do imobilizado como garantia no financiamento captado em novembro de 2024.

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual média de depreciação %</u>	<u>Saldos iniciais 31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31.12.2025</u>
Unidade fotovoltaica	3,33%	32.057	4.867	82.486	(2.899)	-	116.511
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	83.577	1.914	(82.486)	-	-	3.005
Direito de uso	3,33% a 10%	<u>6.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(239)</u>	<u>712</u>	<u>6.914</u>
		<u>122.076</u>	<u>6.781</u>	<u>-</u>	<u>(3.138)</u>	<u>712</u>	<u>126.430</u>
<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual média de depreciação %</u>	<u>Saldos iniciais 31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Remensuração</u>	<u>31.12.2025</u>
Unidade fotovoltaica	3,33%	32.492	-	-	(435)	-	32.057
Imobilizado em andamento - fotovoltaico	-	75.187	8.614	(224)	-	-	83.577
Direito de uso	3,33% a 10%	<u>7.001</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(165)</u>	<u>(394)</u>	<u>6.442</u>
		<u>114.680</u>	<u>8.614</u>	<u>(224)</u>	<u>(600)</u>	<u>(394)</u>	<u>122.076</u>

9.1. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“impairment test”) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente, a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

O cálculo do valor em uso é realizado por meio da análise das projeções dos fluxos de caixa futuros gerados pelas operações da UGC, descontados a uma taxa de 12,17%. A avaliação do valor em uso envolve um cuidadoso exame de diversas premissas e estimativas, que estão alinhadas com as informações disponíveis na data da avaliação. Essas premissas incluem projeções de receitas, custos operacionais, taxas de desconto e fatores macroeconômicos relevantes. As projeções financeiras são baseadas em planos de negócios detalhados, levando em consideração tanto as tendências históricas quanto as expectativas de desenvolvimento do mercado fotovoltaico. A determinação da taxa de desconto apropriada para trazer a valor presente os fluxos de caixa futuros exige o exercício de julgamento por parte da Companhia. Neste caso, a taxa de desconto selecionada é de 12,17%, refletindo os riscos específicos associados à UGC.

Quando evidências de perda de valor são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

No atual exercício, após análises detalhadas e considerando a evolução das condições econômicas e de mercado, a Companhia não identificou perda de recuperabilidade.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras estão classificados na categoria de custo amortizado, a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Ativo</u>				
Caixa e Equivalente de caixa (i)	5.454	6.770	11.602	11.795
Clientes (i)	-	7.233	-	612
	<u>5.454</u>	<u>14.033</u>	<u>11.602</u>	<u>12.407</u>
<u>Passivo</u>				
Debêntures (i)	84.447	84.447	78.103	78.103
Arrendamento (i)	-	7.406	-	6.730
Fornecedores (i)	3	594	-	190
Partes Relacionadas - saldo passivo (i)	17.093	9.995	-	75
	<u>101.543</u>	<u>102.442</u>	<u>78.103</u>	<u>85.098</u>

(i) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação a rubrica de caixa, são efetuadas aplicações automáticas com liquidez diária atreladas ao CDB e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes.

10.1. Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.
- O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

- Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento em valores faturados a seus clientes. O risco de crédito do cliente é administrado por cliente, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seus clientes serem qualificados.

A Companhia possui uma concentração relevante de receitas (44%) em um cliente específico, o que pode representar um risco para a diversificação da receita. No entanto, esse risco é continuamente monitorado por meio de uma gestão ativa da relação comercial e da busca por oportunidades de expansão da base de clientes, de modo a mitigar possíveis impactos financeiros.

- A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de perdas de créditos estimadas (“PECLD”).

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

- O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.
- A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.
- A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora					
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 2 anos</u>	<u>De 2 anos em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	2.703	1.826	3.653	84.016	92.198
Partes Relacionadas	-	-	17.093	-	17.093
Consolidado					
<u>Saldo em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>Até 6 meses</u>	<u>De 6 a 12 meses</u>	<u>De 1 ano a 2 anos</u>	<u>De 2 anos em diante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	594	-	-	-	594
Partes relacionadas	-	-	9.995	-	9.995
Debêntures	2.703	1.826	3.653	84.016	92.198

(iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco:

				Controladora						
Instrumentos	Risco	31/12/2025	%	Cenário Provável		Valorização 25% valor		Valorização 50% valor		Deterioração 50% valor
				valor	%		%		%	
Aplicação financeira 31/12/2025	Variação CDI	92% do CDI (14,32%)	13,17%	716	16,47%	895	19,76%	1.074	6,59%	358
Debêntures em 31/12/2025	Variação IPCA	IPCA + "spread" 8,36% (4,26%)	12,62%	(10.657)	13,69%	(11.557)	14,75%	(12.456)	10,49%	(8.858)
				<u>(9.941)</u>		<u>(10.662)</u>		<u>(11.382)</u>		<u>(8.500)</u>
				Consolidado						
Instrumentos	Risco	31/12/2025	%	Cenário Provável		Valorização 25% valor		Valorização 50% valor		Deterioração 50% valor
				valor	%		%		%	
Aplicação financeira 31/12/2025	Variação CDI	92% do CDI (14,32%)	13,17%	863	16,47%	1.079	19,76%	1.295	6,59%	432
Partes Relacionadas Líquidas em 31/12/2025	Variação IGP-DI	IGP-DI + "spread" 2,4%	1,21%	(116)	0,91%	(87)	0,62%	(59)	1,81%	(173)
Debêntures em 31/12/2025	Variação IPCA	IPCA + "spread" 8,36% (4,26%)	12,62%	(10.657)	13,69%	(11.557)	14,75%	(12.456)	10,49%	(8.858)
				<u>(9.910)</u>		<u>(10.565)</u>		<u>(11.220)</u>		<u>(8.599)</u>

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos correntes

O imposto corrente da controladora baseia-se no lucro real do exercício, e as controladas são optantes do regime de Lucro Presumido. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

- (i) O valor do contrato de aluguel varia conforme a quantidade de energia creditada ao cliente. A energia que é injetada na rede pela usina é medida pela concessionária resultando em créditos ao cliente. Devido a discrepâncias temporais na aquisição dos créditos de energia, é realizada uma provisão de receita, conseqüentemente, um cálculo de imposto diferido. Quando a concessionária disponibiliza os créditos ao cliente e a Companhia tem acesso aos números é elaborado o boletim de medição que dá base para emissão do documento de cobrança de locação, ocorre o lançamento da provisão e o subsequente estorno.

11.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(4.770)	(4.770)	928	1.349
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	1.622	1.622	316	459
Imposto diferido ativo apurado e não reconhecido				
Efeito regime lucro presumido	-	16.625	-	636
Equivalência patrimonial	(6.890)	(6.890)	(790)	(790)
Imposto diferido ativo apurado e não reconhecido	-		-	-
Lucro real apurado	(11.661)	4.965	138	1.195
Imposto de renda pessoa jurídica 15%	-	745	21	179
Adicional imposto de renda pessoa jurídica 10%	-	472	-	96
Despesa com imposto de renda	-	1.217	21	275
Contribuição social 9%	-	447	12	108
Despesa com contribuição social	-	447	12	108
Imposto de renda e contribuição social	-	1.664	33	383
Alíquota efetiva	0%	34%	24%	32%

12. DEBÊNTURES

	<u>Controladora e Consolidado</u> 31/12/2025	<u>Controladora e Consolidado</u> 31/12/2024
<u>Passivo</u>		
Circulante:		
Debêntures	4.566	1.345
Custo de transação	(968)	(487)
Total	<u>3.598</u>	<u>858</u>
<u>Passivo</u>		
Não circulante:		
Debêntures	87.632	84.515
Custo de transação	(6.783)	(7.270)
Total	<u>80.849</u>	<u>77.245</u>
	<u>84.447</u>	<u>78.103</u>

A Companhia emitiu 85.000 debêntures em 15 de novembro de 2024, de acordo com o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da GY Energy Holding III S.A. ("Escritura de Emissão"), no valor de R\$85.000. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: A Emissão das Debêntures será realizada em série única.
- Forma: Nominativa e escritural.
- Data de Emissão: 15 de novembro de 2024.
- Vencimento: 15 de maio de 2035.
- Juros: IPCA + spread de 1,80%.
- Espécie: Com garantia real.
- Garantias:
 - Alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia e das SPEs operacionais, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e de Quotas.
 - Alienação fiduciária da totalidade das máquinas e equipamentos necessários para implantação e operação dos Projetos.
 - Cessão fiduciária de direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes dos Contratos dos Projetos e das Contas Vinculadas, cujo saldo mínimo é calculado mediante cláusulas previstas em contrato.
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis.
- Amortização do Valor: às Debêntures da Primeira Série será realizado em parcelas semestrais, sempre nos dias 15 dos meses de maio e novembro, sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2025.
- A data de início da rentabilidade das debêntures da Primeira Série será a primeira Data de integralização das debêntures da Primeira Série.

- Vencimento antecipado: Caso encontre-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debênture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja:
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas.
 - Falência, extinção, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes.
 - Recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou SPEs Fiadoras.
 - Transformação do tipo de sociedade.
 - Invalidade, nulidade ou inexecutabilidade dos Documentos da Emissão, bem como questionamento de sua validade, eficácia e/ou executabilidade.
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debêntures.
 - Caso a Emissora deixe de obter 100% das cotas de emissão das SPEs.
 - Decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação decorrente de contrato financeiro assumida pela Emissora decorrente de quaisquer captações realizadas no mercado financeiro e/ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), bem como vencimento antecipado de contratos no mesmo valor assumidos pelas SPEs fiadoras.
 - Redução de capital social da Emissora, exceto (a) se aprovado previamente pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.
 - Reorganização societária Emissora e SPEs Fiadoras. Cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou de cotas das SPEs Fiadoras, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou as SPEs Fiadoras, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas.

Em 31 de dezembro de cada exercício social a partir de 2026 : ICSD \geq 1,15x - índice financeiro decorrente do coeficiente da divisão (Geração de Caixa da Atividade no exercício social / Serviço da Dívida no exercício social). Primeira apuração é requerida a partir de 31 de dezembro de 2026.

12.1. Movimentação Saldo Debêntures:

Captação em 15 de novembro de 2024	85.000
Custos de transação	(6.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>78.103</u>
Captação	-
Pagamentos	(4.836)
Juros apropriados	11.173
Custos de transação - adições	(481)
Custos de transação - apropriações	<u>488</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>84.447</u></u>

12.2. Fluxo de pagamento

	<u>Total</u>
2026	4.566
2027	3.690
2028 em diante	<u>83.942</u>
	<u>92.198</u>

13. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - CONSOLIDADO

13.1. Obrigações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$7.406 em 31 de dezembro de 2025 (R\$6.730 em 31 de dezembro de 2024), de acordo com o quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Circulante</u>		
Arrendamento (aluguel) de terrenos	23.970	22.464
Juros a apropriar	<u>(16.564)</u>	<u>(15.734)</u>
	<u>7.406</u>	<u>6.730</u>
Circulante	43	35
Não circulante	<u>7.363</u>	<u>6.695</u>
	<u>7.406</u>	<u>6.730</u>

A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 12,17% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

13.2. Movimentação Obrigações de arrendamento mercantil

	<u>Passivo de</u> <u>arrendamento</u>
Em 31 de dezembro de 2023	-
Reestruturação	7.005
Remensuração	(264)
Apropriação de juros	254
Pagamentos	<u>(265)</u>
Em 31 de dezembro de 2024	6.730
Remensuração	712
Apropriação de juros	805
Pagamentos	<u>(841)</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>7.406</u>

14. PARTES RELACIONADAS

Saldo de partes relacionadas em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 conforme quadro abaixo.

Controladora

<u>Partes Relacionadas - ativo</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
GREENYELLOW UFV BILAC I II E III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA (ii)	135	-
UFV GY BIRIGUI III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA (ii)	781	-
GREENYELLOW UFV NOVA UBIRATA I INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA (ii)	174	-
UFV GY CAJURU INST.(ii)	181	-
UFV GY MILAGRES (ii)	2.965	-
Total	<u>4.236</u>	<u>-</u>
<u>Partes Relacionadas - passivo</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA (i)	9.573	-
GREENYELLOW UFV BILAC I II E III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA (iii)	1.592	-
UFV GY BIRIGUI III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA (iii)	1.104	-
GREENYELLOW UFV NOVA UBIRATA I INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA (iii)	1.873	-
UFV GY CAJURU INST. (iii)	1.739	-
UFV GY MILAGRES (iii)	1.212	-
	<u>17.093</u>	<u>-</u>

- (i) Saldo relativo a adiantamento para futuro aumento de capital da Controladora GreenYellow do Brasil Energia com o objetivo de ser integralizado ao capital da Companhia no decorrer do ano de 2026.
- (ii) Saldo relativo a adiantamentos para futuro aumento de capital da Controladora GY Energy Holding III S.A. com o objetivo de ser integralizado ao capital das investidas no decorrer do ano de 2026.
- (iii) A Companhia recebe recursos provenientes das SPEs nos termos dos respectivos contratos de cessão fiduciária. Referidos contratos estabelecem que um percentual da receita auferida dos clientes e creditada nas contas escrow das SPEs seja destinado à conta de livre movimentação, sendo 40% transferidos à Companhia e 30% ao BNDES. O montante remanescente permanece nas contas escrow e é automaticamente transferido para a conta centralizadora, de acordo com a periodicidade contratualmente definida - semestralmente para a Companhia e mensalmente para o BNDES - com a finalidade de amortização do serviço da dívida. Os valores em questão não estão sujeitos à juros.

Consolidado

<u>Partes Relacionadas - passivo</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA (i)	9.573	-
GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA	422	75
	<u>9.995</u>	<u>75</u>

- (i) Saldo relativo a adiantamento para futuro aumento de capital da Controladora GreenYellow do Brasil Energia com o objetivo de ser integralizado ao capital da Companhia no decorrer do ano de 2026.

Não houve qualquer valor atribuído ou registrado como remuneração dos administradores na Companhia, uma vez que ele é pago pela GreenYellow Brasil.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$37.090 (R\$44.103 em 31 de dezembro de 2024).

<u>Cotistas</u>	<u>Ano</u>	<u>%</u>	<u>Cotas detidas</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Ano</u>	<u>%</u>	<u>Cotas detidas</u>	<u>Capital subscrito</u>
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	2025	100%	37.090	37.090	2024	100%	44.103	44.103

Em 5 de agosto de 2024 a Companhia foi constituída, com um capital inicial de R\$1 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas.

Em 1º de setembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital de R\$87.788 (oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e oito mil reais), mediante a emissão de 87.788 nova ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Com essa alteração, o capital social passou de R\$1 a R\$87.789. A integralização foi realizada mediante à conferência de participações societárias detidas pela controladora GYBR, conforme nota explicativa nº 1 (1ª “tranche”).

Em 1º de outubro de 2024 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital de R\$13.300 (treze milhões e trezentos mil reais), mediante a emissão de 13.300 nova ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Com essa alteração, o capital social passou de R\$87.789 a R\$101.090. A integralização foi realizada parcialmente mediante à conferência de participações societárias detidas pela controladora GYBR, no valor de R\$11.265 (2ª “tranche”) conforme nota explicativa nº 1. A somatória de ambas as “tranches” perfaz o valor total do acervo líquido mencionado na nota explicativa nº 1. O valor de R\$2.035 foi integralizado mediante capitalização e compensação de créditos detidos pela Companhia contra a controladora GYBR.

Em 28 de outubro de 2024, houve redução de capital no valor de R\$57.000 (cinquenta e sete milhões de reais), este montante foi integralmente restituído à GreenYellow Brasil mediante cancelamento de 57.000 ações, tendo como consequência um capital social em 31 de dezembro de 2024 de R\$44.089.

Em 1 de novembro de 2024 houve um aumento de capital no valor de R\$14 (quatorze mil reais), este montante foi mediante cessão de créditos, tendo como consequência um capital social em 31 de dezembro de 2024 de R\$44.103.

Em 24 de março de 2025 foi aprovado a redução de capital no valor de R\$7.000 (sete milhões de reais). Valor foi integralmente restituído a GreenYellow do Brasil mediante o cancelamento de 7.000 (sete milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em complemento a redução de capital de R\$7.000 (sete milhões de reais), foi realizado correção no saldo de capital social no montante de 13 mil reais. O saldo final de capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$37.090 (trinta e sete milhões e noventa mil reais).

15.2. Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, essa reserva é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados. A Companhia não teve constituição de reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 por não apresentar lucro líquido.

15.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2025	2025	2024	2024
GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.	3.699	3.699	3.699	3.699
	<u>3.699</u>	<u>3.699</u>	<u>3.699</u>	<u>3.699</u>

15.4. Retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá ad referendum, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. Em 31 de dezembro de 2024 a retenção de lucros foi de R\$637. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresentou resultados positivos e dessa maneira houve a absorção de reserva legal e da reserva de lucros.

	<u>2024</u>
Lucro do exercício	895
(-) Reserva legal (5%)	(45)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	850
Dividendo anual mínimo obrigatório (25%)	(213)
Saldo destinado para reserva de retenção de lucro	<u>637</u>
	<u>2025</u>
Saldo da reserva legal e de retenção de lucro - 31/12/2024	682
Absorção do prejuízo do exercício de 2025	(682)
Saldo da reserva legal e de retenção de lucro - 31/12/2025	<u>-</u>

16. RECEITA DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

As receitas de O&M, locação de terra e de locação de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, são reconhecidas quando os serviços são efetuados e é possível que os benefícios econômicos associados sejam recebidos pela Companhia. O reconhecimento é baseado no estágio de conclusão dos serviços e nos termos contratuais acordados com os clientes. A receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Nos arrendamentos mercantis a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo, portanto tais arrendamentos são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

	<u>Consolidado</u> 2025	<u>Consolidado</u> 2024
Locação de equipamento	12.943	2.622
Receita O&M	1.992	513
Locação de terra	1.227	95
Provisão de regularização (i)	(802)	(208)
Impostos sobre as vendas	(675)	(144)
Receita operacional líquida	<u>14.685</u>	<u>2.878</u>

(i) Provisão mensal realizada na apuração da performance dos contratos conforme definido em contrato. Anualmente os valores são encerrados, restando um saldo a pagar ou a receber com o cliente.

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Consolidado</u> 2025	<u>Consolidado</u> 2024
Serviço de operação e manutenção	(1.214)	-
Depreciações e amortizações	(3.138)	(600)
Serviços de segurança patrimonial	(185)	-
Aquisição de materiais e peças de reposição	(273)	-
Serviços de terceiros	(245)	-
Serviços de internet	(20)	-
Outras despesas e receitas operacionais	(5)	-
Total	<u>(5.080)</u>	<u>(600)</u>

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	<u>Controladora</u> 2025	<u>Consolidado</u> 2025	<u>Controladora</u> 2024	<u>Consolidado</u> 2024
Serviços de terceiros	(98)	(124)	-	(175)
Multas	-	(7)	-	(5)
Telecomunicações	-	(1)	-	(3)
Perdas em investimentos	-	-	-	(504)
Seguros	-	(147)	-	-
Outras despesas e receitas operacionais	(3)	(42)	10	(199)
Total	<u>(101)</u>	<u>(321)</u>	<u>10</u>	<u>(886)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas com alienações de ativos financeiros, e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de aplicações financeiras	446	568	151	170
Outras receitas financeiras	260	268	-	-
	<u>707</u>	<u>836</u>	<u>151</u>	<u>170</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros financiamento	(11.173)	(11.173)		
Juros sobre arrendamento	-	(805)	-	(213)
Outras despesas financeiras	(1.096)	(1.198)	-	(2)
	<u>(12.269)</u>	<u>(13.176)</u>	<u>-</u>	<u>(215)</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia é cossegurada das apólices de seguro contratadas pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços. O grupo tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	<u>Limite</u> <u>máximo de</u> <u>cobertura</u>	<u>Prêmio</u> <u>líquido</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade Civil Geral	50.000	63	1/10/2025 a 1/10/2026
Responsabilidade Civil (Conselheiros, Diretores e/ou Administradores)	47.361	118	1/1/2025 a 1/1/2026

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora e Consolidado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reorganização societária	-	99.040
Cessão de crédito	-	2.049
Efeito não caixa do Investimento	<u>-</u>	<u>101.089</u>
Reorganização societária	-	(99.040)
Cessão de crédito	-	(2.049)
Efeito não caixa do aumento de capital	<u>-</u>	<u>(101.089)</u>

Consolidado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo de arrendamento	712	(264)
Fornecedores	359	-
Efeito não caixa do imobilizado	<u>1.071</u>	<u>(264)</u>

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre 31 de dezembro de 2025 e a data de emissão das demonstrações financeiras que necessitem divulgação.